

FHC

Marcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



Massacres de imagem

O presidente Fernando Henrique Cardoso é o chefe de uma quadrilha de ladrões, com sede no Palácio do Planalto? Os seus ministros, a começar pelo responsável pelo Orçamento, José Serra, são larápios? Os responsáveis pelo Banco Central levam grana do sistema financeiro, acobertados pelo ministro Pedro Malan? O Alto-Comando da Aeronáutica está a soldo dos Estados Unidos e da empresa Raytheon, que ganhou a licitação internacional para o projeto Sivam? O próprio Sivam é apenas um pretexto para maracutaias, desnecessários para a Amazônia?

Se políticos da base de sustentação parlamentar do Governo acham que a resposta para essas perguntas é **sim**, e há órgãos da imprensa que partilham dessa opinião, é preciso que o digam claramente. "Fernando Henrique é o Collor alfabetizado", deveriam proclamar. "A República das Alagoas mudou-se para a USP", poderiam acrescentar. "Serjão é o sócio do PC Farias", também caberia escrever.

Há deputados do PT que têm nos seus gabinetes um cartaz com a mão aberta mostrando os cinco dedos da propaganda eleitoral e outra, fachada, no gesto de surrupiar. Eles acham tudo isso, e têm a coragem de mostrá-lo. Estão no seu direito.

Jaboti não sobe em árvore sozinho, reza um velho ditado sertanejo. Se está trepado na árvore é porque alguém o pôs no galho. A quem interessam os massacres de imagem a que assistimos há semanas?

Há uma diferença essencial entre descobrir e apontar erros num governo decente, que tenta implementar um programa claro, apresentado ao longo da campanha que o elegeu, e a onda de fofocas que ocupou a mídia. Apontar erros é um dever democrático. Bater o tambor das fofocas é uma tentativa de desestabilizar um projeto que mexe com interesses graúdos, a começar pelos dos conservadores que há décadas enriquecem mantendo o processo de decisões da administração federal tal como ele ainda existe.

O último "escândalo" a aparecer coincidindo com a admissão de emendas individuais de parlamentares no Orçamento e com a possível votação de uma MP que atinge o patrimônio pessoal dos donos de bancos falidos pelos rombos que deram e a "pasta cor-de-rosa" de Angelo Calmon de Sá.

A pasta contém uma lista de 45 candidatos preferenciais do sistema financeiro nas eleições de 1990 e os recibos de despesas com itens de propaganda eleitoral, como faixas e cartazes. Em 1990, a lei sobre as doações para campanhas era ainda menos rígida que a atual. No entanto, as campanhas se fizeram e custaram tanto ou mais que as de 1994.

Quais são as fontes de recursos privados para as

campanhas conservadoras na Bahia? As duas grandes construtoras baianas, OAS e Odebrecht, as empresas do pólo petroquímico e, claro, o Banco Econômico. É estranho que tenha contribuído para as eleições de seus aliados? Seria até uma ingratidão censurável se Calmon de Sá nada tivesse dado para a candidatura de Antônio Carlos Magalhães, acionista do banco, amigo de longa data, que o indicara para a presidência do Banco do Brasil e, duas vezes, para o Ministério, no Governo Geisel e no de Collor.

Por que a Febraban escolheu Calmon de Sá como interlocutor?

Porque era o melhor interlocutor possível. Fora diretor da Odebrecht, superintendente do Centro Industrial de Aratu, presidente do Ibmecc, presidente da Funcex, membro do Conselho Monetário, além de ter sido diretor da própria Febraban.

Os documentos, encontrados há meses, servem como base para processos criminais? Aparentemente, não. Tanto que a Procuradoria-Geral da República, que teve tempo para estudá-los, não tomou qualquer iniciativa nesse sentido.

A investigação cabível não é sobre quem vazou o conteúdo da pasta rosa para a imprensa, pergunta cuja resposta só interessa às pessoas nela mencionadas, de maneira real ou imaginária. Aliás, cabe observar que a anotação "R. Freire", em Pernambuco corresponderia melhor ao ex-deputado Ricardo Fiúza, que confessou ter recebido um jet-sky e dinheiro de campanha dos bancos, que ao atual senador Roberto Freire, cujas ligações com o sistema financeiro são improváveis. O que cabe indagar é por que razão a papelada apareceu agora.

Francisco Graziano, queimado na pira das escutas, atribui a sua demissão da presidência do In-cra aos inimigos da reforma agrária. A versão pode ser apenas pessoal, mas o fato é que estava conseguindo assentar mais sem-terras que o seu antecessor. O brigadeiro Mauro Gandra foi vítima de uma precipitação de Fernando Henrique, mas também atribui aos inimigos do Sivam uma parcela de influência na sua demissão.

Dia 16 começa uma convocação extraordinária do Congresso, para terminar a votação do Fundo de Estabilização Financeira (FEF) a do Orçamento, das reformas administrativa e da Previdência, da contribuição financeira para a saúde, o imposto sobre cheques, pleiteado pelo ministro Jatene e combatido pela Febraban e pelos seus defensores no Congresso.

A quem interessa o massacre da imagem do Governo? Todas essas matérias têm adversários poderosos e contrariam interesses vultosíssimos. É útil olhar para eles. Quem sabe, não está aí a resposta? "Elementar, meu caro Watson", diria o nosso Chelotti Holmes.